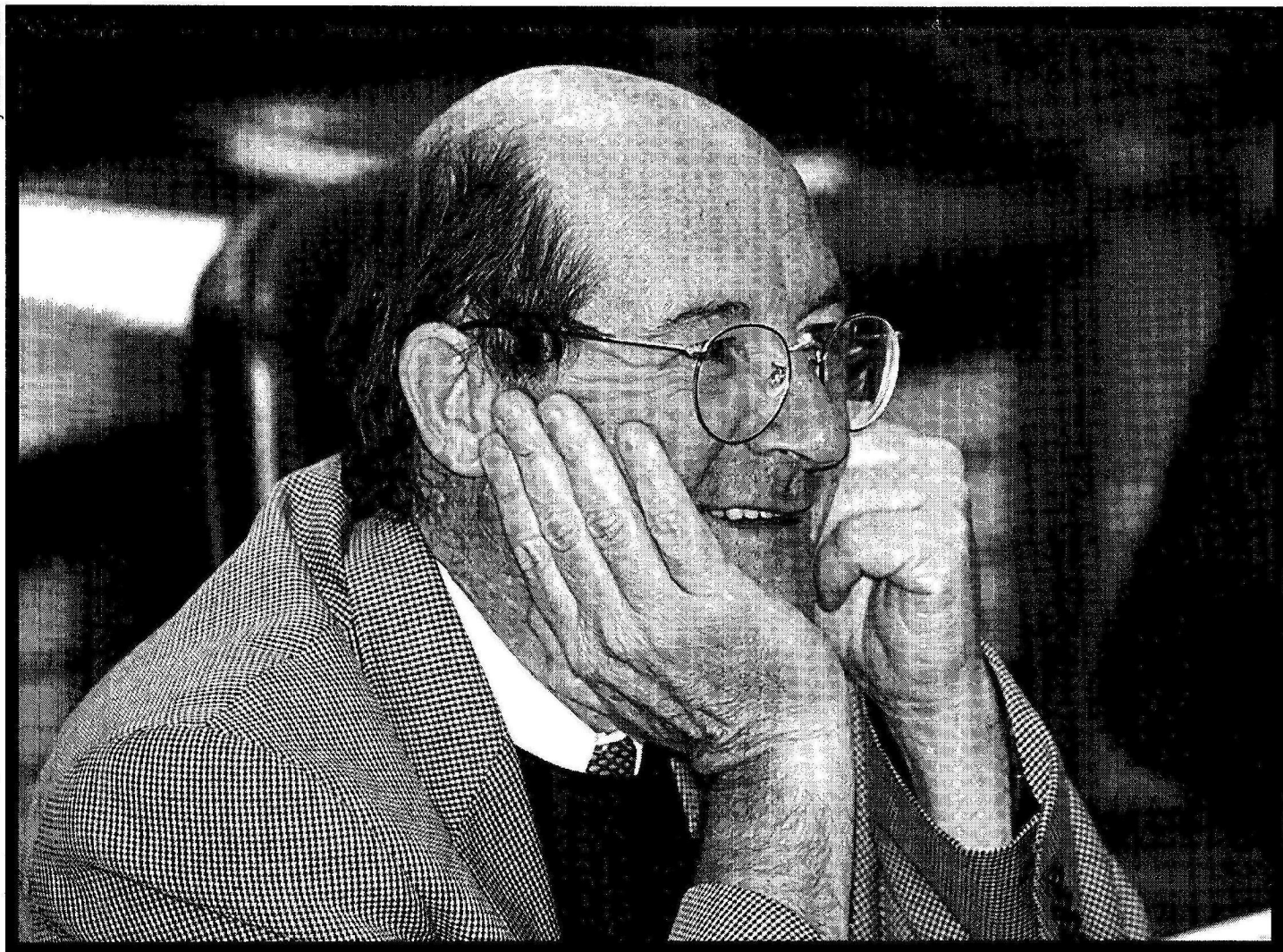


# Wasny e Fraga defendem investigação

José Varella 16.9.02



**WASNY: "QUEREMOS SABER QUAL É O ENVOLVIMENTO DOS DESEMBARGADORES. ESTAMOS APREENSIVOS, MAS NÃO QUEREMOS JULGAR NINGUÉM ANTECIPADAMENTE"**

**PAOLA LIMA**

DA EQUIPE DO CORREIO

As denúncias de envolvimento dos desembargadores Pedro Aurélio Rosa de Farias e Wellington Medeiros com o crime organizado em Brasília provocou reações entre parlamentares do Distrito Federal. No Congresso, o deputado Wasny de Roure (PT-DF) pediu à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico da Câmara dos Deputados — da qual é integrante — a criação de uma subcomissão para investigar o caso. O requerimento foi apresentado na reunião de ontem e deve ser discutido e votado na próxima semana.

"Queremos saber qual é o real envolvimento dos desembargadores nessa história. Estamos apreensivos, mas não queremos julgar ninguém antecipadamente", afirmou. O parlamentar entende que a criação

de uma subcomissão casa com a intenção dos parlamentares de desmembrar a atuação da Comissão de Segurança em vários núcleos diferentes para facilitar o trabalho.

A idéia foi apoiada pelo peemedebista Alberto Fraga (DF), também integrante da Comissão. Deputado ligado à área de segurança — Fraga é tenente-coronel reformado da polícia —, ele prometeu ajudar na campanha para que o requerimento seja aprovado. "Essas denúncias são muito graves. E cabe a essa comissão acompanhar todo e qualquer indício de crime organizado no país", argumentou.

Em uma iniciativa mais ambiciosa, a deputada federal Maria José Maninha (PT-DF), começou ontem a recolher as 171 assinaturas necessárias para protocolar um pedido de abertura de comissão parlamentar de inquérito para apurar a relação dos magistrados com crime

organizado. "Já que o Judiciário local é mantido com recursos da União, é fundamental uma apuração do Poder Legislativo federal", explicou.

Em 1995, Maninha foi presidente de uma CPI da Câmara Legislativa que investigou a grilagem de terras do DF. Na época, o desembargador Pedro Aurélio de Farias determinou que fossem devolvidos computadores apreendidos pela comissão na empresa de propriedade dos irmãos Passos — apontados no relatório final da CPI como responsáveis pela grilagem de terras no DF. "O desembargador não se limitou a isso. Ele escreveu uma artigo em uma revista de magistrados criticando o nosso trabalho, o que, na época, nos causou bastante estranheza", lembra Maninha. Até o final da próxima semana, a deputada pretende apresentar o documento à Mesa Diretora da Casa.

“

**JÁ QUE O  
JUDICIÁRIO LOCAL  
É MANTIDO COM  
RECURSOS DA  
UNIÃO, É  
FUNDAMENTAL  
UMA APURAÇÃO  
DO PODER  
LEGISLATIVO  
FEDERAL**

”

*Maria José Maninha, deputada federal (PT-DF)*